Residência RP Pediátrica
Publicação Oficial da Sociedade Brasileira de Pediatria

RESENHA

Deficiência de vitamina D em crianças e adolescentes

Organizadora: Isabel Rey Madeira[1]

A vitamina D, um pró-hormônio, é sintetizada na pele dos humanos a partir do 7 dehidrocolesterol, por ação dos raios ultravioleta, quando da exposição ao Sol. Após sua hidroxilação na posição 25 no fígado, ela é hidroxilada na posição 1 no rim, gerando a 1,25 dihidroxivitamina D, sua forma ativa, responsável pelo aumento da absorção do cálcio e do fósforo no intestino, mobilização do cálcio do osso, e reabsorção deste no rim.

Além de sua importância para a saúde óssea e na regulação do metabolismo do cálcio e do fósforo, evidências científicas têm apontado outras ações, como modulação do risco de obesidade, *diabetes mellitus*, doenças cardiovasculares, e câncer, dentre outras. Estas evidências ainda são inconclusivas, notadamente na faixa etária pediátrica, mas a vitamina é um dos assuntos da hora, e a prevenção e o tratamento de sua deficiência tem sido uma tendência mundial.

Seguindo esta tendência, o Departamento de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria publicou em 2014 o Documento Científico Deficiência de vitamina D em crianças e adolescentes. Nesta publicação, o Departamento estabelece normas de avaliação do estado nutricional relativo à vitamina D, e recomenda a prevenção e o tratamento de sua deficiência.

A partir desta publicação, tornou-se mandatória a suplementação da vitamina D para recém-nascidos a termo, até os 24 meses de vida, independentemente da região do País, diferentemente do que se adotava previamente. A justificativa é a relevância desta vitamina, e o fato de não existir consenso na literatura quanto à exposição solar segura e necessária para se atingir concentrações séricas adequadas na faixa etária.

O documento também esclarece que a avaliação da concentração sérica de vitamina D não deve ser incluída de forma indiscriminada na rotina de atenção à criança, exceto em grupos de risco e nos casos de suspeita de deficiência.

O texto é, portanto, de leitura obrigatória para os pediatras, incluindo os residentes de Pediatria, e muito útil na sua prática do dia-a-dia.

[1] Supervisora do Programa de Residencia Médica em Endocrinologia Pediátrica do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ, professora adjunta do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, coordenadora do Setor de Endocrinologia Pediátrica da Unidade Docente Assistencial de Endocrinologia do HUPE-UERJ.